CARTA DE MISSÃO¹

CARACTERIZAÇÃO GERAL

Ministério: Coesão Territorial

Serviço/Organismo: Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL)

Cargo: diretor(a)-geral

Período de comissão de serviço: 5 (cinco) anos

MISSÃO

A Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) é um serviço central da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa que tem por missão a conceção, estudo, coordenação e execução de medidas de apoio à administração local e ao reforço da cooperação entre esta e a administração central.

O elenco das atribuições da DGAL consta do Decreto Regulamentar n.º 2/2012, de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 6/2014, de 10 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 193/2015, de 14 de setembro.

PRINCIPAIS SERVIÇOS PRESTADOS

A DGAL prossegue as seguintes atividades conforme as suas atribuições:

- a) Assegurar os meios e os instrumentos necessários ao apoio e à cooperação técnica e financeira entre a administração central e a administração local, em articulação com as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR);
- b) Acompanhar o processo de descentralização de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais;
- c) Estabelecer critérios, em colaboração com os organismos competentes, relativos às transferências financeiras para as autarquias locais, as áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais, bem como sistematizar o respetivo processamento;
- d) Coordenar e sistematizar as informações e pareceres jurídicos prestados pelas CCDR sobre matérias relacionadas com a administração local, promovendo a respetiva uniformidade interpretativa;
- e) Conceber e desenvolver sistemas de informação relativos às entidades do subsetor local no âmbito da gestão financeira, patrimonial, administrativa e do pessoal;
- f) Assegurar a disponibilização da plataforma que permite a tramitação desmaterializada dos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas nos termos do respetivo regime jurídico, bem como o apoio aos utilizadores;
- g) Coordenar a aplicação do plano oficial de contabilidade das autarquias locais, propondo as normas e os procedimentos necessários à uniformização, simplificação e transparência do respetivo sistema contabilístico;

¹A carta de missão deve ser elaborada nos termos definidos no n.º 3 do artigo 18.º e no n.º 1 e n.º 2 do artigo 19.º-A do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterado e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterado pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro).

- h) Participar na elaboração de medidas legislativas relativas à administração local, acompanhar e apreciar os efeitos da respetiva aplicação, elaborar estudos, análises e pareceres a pedido dos membros do Governo;
- i) Acompanhar o funcionamento dos sistemas de organização e gestão implantados na administração local e propor as medidas adequadas à melhoria das respetivas eficiência e eficácia, bem como acompanhar as atividades dos vários setores da administração central com incidência na administração local estabelecendo as necessárias articulações;
- j) Prestar a informação e o apoio necessários à instrução dos processos legislativos de criação, extinção e alteração de autarquias locais e respetivas associações, comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas;
- k) Realizar a instrução de processo de declaração de utilidade pública das expropriações e pedidos de reversão, bem como das servidões administrativas;
- l) Assegurar, em colaboração com as entidades competentes, o acompanhamento das questões e o cumprimento dos acordos relacionados com a administração local aos níveis da união europeia e internacional;
- m) Acompanhar e monitorizar o endividamento das entidades do subsetor local;
- n) Acompanhar e monitorizar a evolução do pessoal ao serviço nas entidades do subsetor local;
- o) Assegurar o apoio técnico, administrativo e logístico indispensável e os meios e os instrumentos necessários ao funcionamento do Fundo de Apoio Municipal (FAM);
- p) Acompanhar a execução dos programas de reequilíbrio financeiro, de saneamento financeiro e do Programa de Apoio à Economia Local, criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no respeito das competências legalmente atribuídas ao FAM;
- q) Acompanhar o cumprimento dos normativos aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso no subsetor local;
- r) Acompanhar a atividade empresarial local e as participações locais através da informação prestada pelas entidades públicas participantes e da cooperação com a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial;
- s) Manter atualizado um registo de operações em regime de parceria público-privada ao nível da administração local;
- t) Acompanhar a concretização das medidas dos programas de financiamento europeus cujos beneficiários sejam as autarquias locais;
- u) Acompanhar medidas, programas e estudos desenvolvidos no plano internacional, em especial na União Europeia, no âmbito das autarquias locais, de forma a conhecer outras práticas de estratégia e intervenção;
- v) Elaborar estudos de caracterização em matérias de incidência autárquica, recolhendo, para o efeito, os elementos estatísticos necessários e estabelecendo, para tais fins, as necessárias articulações com os diferentes serviços e organismos da administração central direta e indireta do Estado;
- w) Realizar ações de capacitação dirigidas à administração local;
- x) Garantir a gestão, a manutenção e a atualização do Portal da Transparência Municipal, previsto no artigo 90.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- y) Outras que especialmente lhe sejam cometidas por lei;
- z) Acompanhar a execução do contrato de delegação de competências celebrado entre DGAL e a Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais (FEFAL).

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

É fundamental adotar uma (nova) abordagem no desempenho das atribuições e competências da DGAL que permita, de forma planeada e estratégica, prosseguir as prioridades definidas para o subsetor local no Programa do XXIII Governo Constitucional.

Assim, constituem orientações estratégicas para a DGAL, designadamente as seguintes:

- Contribuir para uma governação de proximidade baseada no princípio da subsidiariedade, valorizando a intervenção ao nível local;
- Contribuir para o aprofundamento e consolidação do processo de descentralização de competências da administração central para a administração local, enquanto fator estruturante na organização e gestão do Estado;
- Acompanhar a operacionalização da transferência, para as entidades intermunicipais, municípios e freguesias, das competências previstas nos diplomas setoriais aprovados em concretização da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, cabendo-lhe a execução das transferências no âmbito do Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD) correspondentes às competências transferidas;
- Contribuir para a operacionalização das (novas) competências a descentralizar para as entidades intermunicipais, municípios e freguesias no ciclo autárquico 2021-2025, aprofundando as áreas já descentralizadas em cooperação com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional I.P. ;
- Contribuir para a avaliação da adequação dos recursos financeiros transferidos para as autarquias locais ao exercício das novas competências descentralizadas;
- Contribuir para o desenvolvimento de estruturas de apoio técnico partilhado, a nível intermunicipal, para apoio ao exercício de novas competências pelos municípios e freguesias;
- Contribuir para a operacionalização do aumento gradual da participação das autarquias locais na gestão das receitas públicas no quadro da convergência para o nível médio dos países da União Europeia;
- Contribuir para a promoção da autonomia das autarquias locais na gestão das taxas e benefícios fiscais relativos aos impostos locais;
- Contribuir para a consolidação da participação dos municípios na receita do IVA territorializado;
- Contribuir para a promoção de uma maior capacidade de ação das autarquias locais, acompanhando o reforço dos mecanismos de transparência e de fiscalização democrática das políticas locais;
- Acompanhar a criação um registo de interesses dos titulares de órgãos autárquicos;
- Apoiar o reforço da transparência na governação local através da gestão, manutenção e a atualização do Portal da Transparência Municipal nos conteúdos que forem determinados;

OBJETIVOS A ATINGIR

Os objetivos operacionais a atingir pela DGAL, têm em linha de conta o Programa do XXIII Governo Constitucional e as Grandes Opções do Plano (GOP) e são os definidos anualmente no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) aprovado pelo membro do Governo que exerce o poder de direção.

Encontram-se definidos como objetivos estratégicos para a Direção Geral das Autarquias Locais para 2023, melhorar a qualidade da prestação e disponibilização da informação relativa aos recursos humanos, execução orçamental, prestação de contas e da dívida das entidades do subsetor local, reforçar a cooperação entre a administração central e local, aperfeiçoar os sistemas de informação e de comunicação na DGAL e com as entidades autárquicas, acompanhar o processo de descentralização, executar as transferências para as autarquias locais do Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD)

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para a concretização dos seus objetivos estratégicos e operacionais, a DGAL deve dispor dos recursos humanos, financeiros, materiais e patrimoniais adequados, ajustados em função de rácios de eficiência e eficácia, contribuindo para a racionalização da despesa pública.

- Recursos humanos: os caracterizados no respetivo mapa de pessoal;
- Recursos financeiros: os definidos no orçamento anual da DGAL e provenientes de candidaturas financiadas por fundos europeus.

OUTROS

Não aplicável

Lisboa, 27 de julho de 2023

O Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território